

O CRAVO QUE RESISTE

A história do 25 de Abril foi transposta para cartazes para que através de uma imagem, versátil e mediática, constassem os valores de 25 de *Abril de 1974*, que derrubaram o regime ditatorial que durante 48 anos oprimiu e reprimiu o Povo Português. Este movimento pioneiro de enormes transformações democráticas, foi espelho em todo o mundo de que as “*Forças Armadas não estão condenadas a ser um instrumento de opressão*” mas pelo contrário, um “*elemento libertador dos povos*”.

Os capitães de Abril cumpriram os seus objetivos que assentavam em *Democratizar, Descolonizar e Desenvolver* Portugal enquanto nação livre e em paz.

Do arquivo da *Associação de 25 de Abril*, fundada pelos Militares de Abril, faz parte esta coleção de 40 cartazes anuais das comemorações nacionais desta Revolução, entre 1984 e 2023, patentes nesta Exposição intitulada “O CRAVO QUE RESISTE”. Neste contexto, o Município de Valença, através do funcionário e artista António Nunes, agrega uma escultura em ferro, representando um cravo, símbolo por excelência da Revolução de Abril.

Estes cartazes foram concebidos no pós 25 Abril e privilegiaram o anonimato autoral. A informação visual expressa a sua evolução gráfica e são um testemunho único de valor histórico e documental. Aliada à linguagem estética, clara e intencional, onde predomina o cravo, surgem slogans, palavras de ordem, que contextualizam as imagens e marcas gráficas, às quais os artistas recorreram e que sintetizam a mensagem do cartaz.

É imperativa a luta pela defesa e manutenção da Liberdade conquistada, numa sociedade democrática, justa, igual e solidária, em ambiente de Paz e de prosperidade.

Colaboração:

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL • Membro honorário da Ordem da Liberdade

No dia 25 de Abril de 1974, um grupo de jovens capitães levou a cabo um golpe de Estado que, em menos de 24 horas, derrubou a ditadura que dominava Portugal há mais quatro décadas alterando por completo o rumo da história nacional. O golpe desencadeado por militares teve o apoio eufórico popular que invadiu as ruas de Lisboa.

A fase conspirativa foi relativamente breve, dando lugar um rápido processo de politização do Movimento. Os sinais de que o fim do regime estava iminente, perante a sua intransigência em manter o esforço de guerra, adensaram-se a partir de inícios de 1974, contando-se entre eles a publicação de Portugal e o Futuro (22 de fevereiro), a cerimónia da «brigada do reumático» (14 de março), a demissão dos generais Costa Gomes e António de Spínola da chefia do Estado-Maior General das Forças Armadas (15 de março) e a saída em falso do Regimento de Infantaria n.º 5, das Caldas da Rainha (16 de março).

Os preparativos para o Golpe de Estado, a 22 de abril de 1974, foram iniciados através de contactos do Movimento com elementos dos Emissores Associados de Lisboa e com a Rádio Renascença, para a transmissão de duas senhas através da rádio: «E depois do Adeus» de Paulo de Carvalho e «Grândola Vila Morena» de Zeca Afonso, no programa «Limite», na madrugada do dia 25, para emitir o sinal de código para o desencadear das operações militares.

As instruções finais para as “Equipas de Ligação” foram decididas a 23 de abril de 1974, em que Neves Rosa se encarrega de datilografar. Delas constam data e hora do início das operações (25 de Abril, às três horas da manhã), algumas alterações às missões anteriormente recebidas pelas unidades, senha e contra-senha a utilizar pelas forças intervenientes (inicialmente «Fé imensa na vitória» e «Garantia melhor futuro» passam, respetivamente, a «Coragem» e «Pela vitória») e ainda outras instruções transmitidas a algumas unidades.

A 23 de abril de 1974, uma reunião na casa de Vítor Crespo com a presença de vários oficiais da Armada é obtida pela Direção do Movimento, representada por Otelo Saraiva de Carvalho e Vítor Alves, a garantia da neutralidade dos Fuzileiros Navais, a que se seguiu outra reunião no Regimento de Engenharia 1, na Pontinha, entre Otelo Saraiva de Carvalho, Garcia dos Santos e Jaime Neves para ultimarem o Posto de Comando.

No mesmo dia 23 de abril de 1974 a partir das dezoito horas, Otelo Saraiva de Carvalho entrega aos elementos de ligação as “Instruções Finais” e o “Anexo de Transmissões”, em envelopes fechados e dissimulados no jornal A Época, operação realizada no Parque Eduardo VII. Entrega ainda alguns emissores recetores, destinados a equipar as unidades que não dispunham de aparelhos apropriados para entrarem nas redes de transmissão previstas.

No início da manhã de 24 de abril, Álvaro Guerra comunica a Carlos Albino a escolha definitiva da Grândola como senha nacional e a hora da sua transmissão no programa «Limite»: das 0h 20m para as 0h 22m. Carlos Albino contacta outro elemento da equipa do «Limite», Manuel Tomás. Por precaução e para evitar atrasos e imprevistos na emissão da senha, fazem todas as diligências necessárias à gravação de um alinhamento de programa com cerca de 10 minutos em que a leitura da primeira estrofe da Grândola aparecia ligada à leitura de outros textos. Pedem a um dos locutores habituais do «Limite», Leite de Vasconcelos, que grave esse alinhamento de textos, mas mantêm segredo sobre o verdadeiro destino dessa gravação.

O Encontro decisivo com Manuel Tomás, para a execução da senha e garantia de transmissão contornando as duas censuras que o Limite enfrentava: a da Rádio Renascença e a oficial (um coronel que acompanhava as emissões em direto e visava previamente os textos) com Carlos Albino ocorre fora dos estúdios para um local onde possam prosseguir com segurança o diálogo. Ajoelhados na Igreja de S. João de Brito e simulando rezar, Carlos Albino e Manuel Tomás combinam todos os pormenores técnicos da senha.

Tocada a “Grândola Vila Morena”, os militares tomaram a Escola Prática de cavalaria , em Santarém, de onde saiu, depois, uma coluna, encabeçada pelo capitão Salgueiro Maia, com destino a Lisboa, o Quartel General, o Estado maior do Exército e os estúdios da RTP e da Emissora Nacional. O Rádio Clube Português foi transformado no posto de comando do MFA.

O país estava em alvoroço. Em desespero de causa, Marcello Caetano (o último Presidente do Estado Novo) tentou travar a revolução, ordenando que a fragata Gago Coutinho bombardeasse o Terreiro do Paço, mas o telefonema foi interceptado pelos revolucionários que de imediato ameaçaram o comandante da fragata de represálias.

Perto do meio dia os capitães puseram-se a caminho do Quartel do Carmo, onde estavam escondidos Marcello Caetano e dois dos seus ministros. À espera de Salgueiro Maia estavam alguns militares do regime, que acabaram por se juntar à revolução. Dois ou três arduos começaram a distribuir os primeiros jornais não censurados.

Durante o dia, a população de Lisboa foi-se juntando aos militares. E o que era um golpe de Estado transformou-se numa revolução. A certa altura, uma vendedora de flores começou a distribuir cravos. Os soldados enfiaram o cravo no cano da espingarda e os civis puseram a flor ao peito. Por isso, hoje em dia lhe chamamos Revolução dos Cravos. Foram dados alguns tiros para o ar, mas ninguém morreu nem foi ferido: foi uma revolução pacífica, como nunca existiu na história.

Chegado ao Quartel do Carmo, o capitão Salgueiro Maia pegou no megafone e avisou o Presidente do Conselho de que tinha até às cinco horas da tarde para se render. Muito perto do prazo limite, Marcello Caetano rendeu-se e entregou o poder ao general António Spínola, que um mês antes tinha sido demitido do cargo de vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas que, embora não pertencesse ao MFA, não pensava da mesma maneira que o governo, acerca das colónias.

Nas ruas, cantava-se o hino “A portuguesa” e exigia-se a cabeça do Presidente do Conselho, mas Salgueiro Maia não permitiu que fosse feita justiça popular e garantiu que Marcello Caetano e os seus dois ministros saíssem em segurança do Quartel do Carmo.

As pessoas tomaram as praças, vaiavam as reduzidas forças militares governistas, ofereciam apoio e alimentos aos revoltosos, e festejavam a perspectiva de liberdade, empunhando cravos ao invés de armas. A manifestação ficou assim conhecida como a “Revolução dos Cravos”.

No dia seguinte à Revolução foi apresentado à população um governo provisório, a Junta de Salvação Nacional. Por ordem do MFA Marcello Caetano, Américo Tomás e outros elementos do antigo regime foram enviados para a ilha da Madeira. O general Spínola foi designado Presidente da República e os presos políticos de Caxias e Peniche foram libertados, ao mesmo tempo que Mário Soares e Álvaro Cunhal foram autorizados a regressar do exílio.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 marca o início da vida democrática em Portugal. O golpe militar conduzido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) põe termo ao regime autoritário do Estado Novo abrindo caminho para a resolução do problema da guerra colonial e para a democratização e o desenvolvimento do país.

Existe um amplo consenso quanto ao facto de o detonador do 25 de Abril ter sido a guerra colonial, iniciada em Angola, em 1961, e que rapidamente se estendeu a novas frentes (Guiné, 1963; Moçambique, 1964), sem solução militar à vista.

Contribuindo determinantemente para a radicalização das oposições e da contestação social ao Estado Novo, a guerra teve um efeito mortal sobre as Forças Armadas, um dos pilares centrais do regime. Foi em resposta à nova legislação que visava suprir a falta de oficiais na frente de combate

em África que, em setembro de 1973, se constitui o Movimento dos Capitães / Movimento das Forças Armadas.

O 25 de Abril de 1974 foi feito por militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea, por milicianos, por militares de carreira e pela população. Porém o grande impulso que o tornou vitorioso foi dado por um grupo de capitães, jovens e com muita vontade de mudança, para que os seus sonhos fossem os de todos os portugueses.

O impacto da intervenção dos capitães rapidamente transcendeu as fronteiras nacionais, num mundo dividido pela Guerra Fria e abalado pela recente crise petrolífera. Os que se apressaram a estabelecer um paralelo entre estes acontecimentos e os que, um ano antes, tinham ocorrido no Chile (“golpe Pinochet”), rapidamente se desenganam.

Negando todos os modelos mais comuns de intervenção dos militares nos processos de mudança política, o golpe foi levado a cabo pela oficialidade intermédia (capitães e oficiais subalternos), à margem da hierarquia das Forças Armadas, e sem a interferência de partidos ou movimentos políticos.

Os Capitães de Abril apresentaram um programa de democratização em que, para além da restauração das liberdades fundamentais, se determinava a constituição de um governo civil e a realização de eleições livres.

A Junta de Salvação Nacional toma as primeiras medidas legislativas, salientando-se a destituição de Américo Tomás do cargo de Presidente da República e de Marcelo Caetano do cargo de Presidente do Conselho, a dissolução da Assembleia Nacional e a proclamação do 1.º de Maio como feriado nacional. As medidas que os capitães de Abril falavam resumiam-se a três palavras de ordem: descolonizar, democratizar e desenvolver.

Após uma década a lutar nas frentes de África, iniciaram um processo de descolonização que se traduziu, a breve trecho, na concessão da independência aos antigos povos coloniais. Esta situação singular apanhou desprevenida a comunidade académica, mas também as elites dirigentes mundiais, a braços com a difícil tarefa de integrar o caso português na grelha de análise estabelecida.

Todos os que, desde fora, observaram a evolução política portuguesa em 1974-1975 são unânimes em assinalar a sua excecionalidade. Portugal era um laboratório de análise política e social, onde decorria a última revolução de esquerda da Europa.

Os 19 meses de revolução são pródigos em acontecimentos: três tentativas frustradas de ‘golpe’ de Estado; seis governos provisórios; dois Presidentes da República; a intervenção dos militares na política; as alianças que os seus diversos setores estabelecem com diferentes grupos políticos e movimentos sociais; a ação dos partidos e movimentos políticos.

A crescem as nacionalizações e o desencadeamento da reforma agrária; as experiências de controlo operário e autogestão; a multiplicação das iniciativas populares; os casos República e Renascença e toda a turbulência que percorre o campo dos media; a desconfiança das potências ocidentais de que Portugal se transformasse num cavalo de Troia da NATO.

Os acontecimentos incluem ainda, o debate sobre a essência do socialismo português, permitindo a coexistência de experiências e conceções radicais com projetos políticos mais tradicionais que apontavam para a instauração de uma democracia parlamentar de tipo ocidental ou, então, para um modelo estatizante, inspirado na experiência soviética; o peso esmagador da política que inunda as ruas, os quartéis, as fábricas, os campos.

O processo revolucionário vai de 1974 a 1975. Nesse meio tempo, ocorreram duas tentativas de contragolpe, que evidenciaram os momentos de maior tensão da Revolução. A primeira tentativa acontece no dia 11 de março de 1975, quando os militares da direita tentam neutralizar a crescente influência que os movimentos de esquerda vinham gerando dentro do Conselho Revolucionário (órgão criado para acompanhar a transição entre o Governo Provisório - a Junta de Salvação Nacional - e o governo que seria escolhido pela população, quando houvessem eleições livres) .

A segunda tentativa no dia 25 de novembro de 1975, defendida por alguns historiadores como o acontecimento exatamente contrário ao do 11 de março, ou seja, uma tentativa de contragolpe dos militares de esquerda. No entanto, há uma outra corrente que defende a ideia de que o “verão quente”, como foi chamado, não passou de uma provocação da direita, cujo risco de uma guerra civil é real, com a disputa dos grupos militares de esquerda e direita pela condução do processo revolucionário.

O período pós-revolucionário é marcado por um clima de tensão e instabilidade políticas que se traduz na constituição de seis governos provisórios entre maio de 1974 e julho de 1976. A 28 de setembro de 1974, o confronto entre a designada “maioria silenciosa” de direita e a esquerda, apoiada pela Comissão Coordenadora do MFA, resulta na demissão do general Spínola do cargo de Presidente da República e no reforço do domínio político dos militares e da esquerda, que seria confirmado com o fracasso do golpe de 11 de março de 1975.

A Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado, criados após o 25 de Abril, são substituídos pelo Conselho da Revolução que inicia de imediato uma política de nacionalizações dos vários sectores económicos.

Entre 1974 e 1975, Portugal reconheceu a independência das antigas colónias – Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola – e posteriormente recebeu e integrou os portugueses retornados destes territórios.

O período pós-revolucionário é marcado por um clima de tensão e instabilidade políticas que se traduz na constituição de seis governos provisórios entre maio de 1974 e julho de 1976. Em 1976 foi aprovada uma nova constituição, tendo sido eleito democraticamente o Primeiro Presidente da República: Ramalho Eanes. Subsequentemente iniciou-se um processo de abertura do país que levou à adesão de Portugal à CEE (atual União Europeia) em 1986.

Começara a Terceira República Portuguesa (também referida como *Democracia Portuguesa*) e cujo nome oficial é apenas República Portuguesa, sendo o período da história de Portugal correspondente ao atual regime democrático estabelecido após a Revolução de 25 de Abril de 1974, que pôs fim ao regime autoritário do Estado Novo de António de Oliveira Salazar e Marcello Caetano.

O 25 de Abril representou o fim das escolas com salas e recreios separados para rapazes e raparigas. Já se podia ouvir os discos e ler os livros proibidos. As organizações mais poderosas do Estado Novo, como a PIDE, a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa, tinham sido extintas, e os rapazes já não tinham medo de serem mandados para a guerra. Surgem vários partidos políticos e formam-se sindicatos para defesa dos interesses dos trabalhadores. A censura foi abolida, a liberdade de expressão e de reunião garantidas, os prisioneiros políticos libertados e foi concedida a independência às colónias africanas.

Foi criado o Poder Local Democrático, as Câmaras, as Juntas de Freguesia e Assembleias Municipais eleitas pelo povo, foi criada uma Assembleia da República com deputados dos principais partidos, foram criadas Comissões de Trabalhadores e de Moradores para representarem o maior número possível de Portugueses. **Foi conquistada a liberdade e construída a democracia.**

A Liberdade é o respeito pelos outros e o respeito que os outros nos devem, em função dos nossos direitos. A liberdade é a combinação entre os direitos e os deveres, sem que cada um invada o espaço que, por direito, pertence aos outros.

Município de Valença: Serviço de Património Museológico

Cartazes cedidos pela Associação 25 Abril - Lisboa

Informação extraída das seguintes fontes bibliográficas e webgráficas:

Centro de Documentação do 25 de Abril, da universidade de Coimbra: <https://www.cd25a.uc.pt/pt>

Parlamento: <https://app.parlamento.pt/comunicar/V1/202104/72/artigos/art2.html>

Associação 25 abril - <https://50anos25abril.pt/o-25-de-abril/>

Letria, José Jorge; Para que ninguém esqueça o valor da liberdade. 2014

Almeida, Paula Cardoso; 25 Abril Revolução dos cravos. 2008